

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faculdades Integradas do Vale do Ribeira - FVR

REGISTRO/SP

1. A INSTITUIÇÃO

A Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul Ltda. – SCELISUL – (Cód.184) foi mantenedora das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR – (Cód.1554) criada pela Portaria MEC nº1. 325 publicada no dia 28/08/2000. O credenciamento das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira ocorreu através do Parecer CNE/CES 699/2000, em 8/8/2000, por unificação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Registro, autorizada pelo Decreto 70.476 de 4 maio de 1972, publicado no DOU em 5 de **maio de 1972** e da Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis do Vale do Ribeira, autorizada pelo Decreto 90.689 de 12 de dezembro de 1984, publicado no DOU em 13 de dezembro de 1984. A Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul Ltda. – SCELISUL – (Cód.184) também foi mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ribeira – FTVR – (Cód.3676) criada pela Portaria MEC nº3. 322 publicada no dia 13/11/2003.

Por meio da Portaria nº. 4.392, de 29 de dezembro de 2004, foi criada a Faculdade do Litoral Sul – FASUL – (Cód. 2797) mantida pela a Sociedade Acadêmica Amparense – SAA – (Cód. 715). A Sociedade Acadêmica Amparense – SAA – (Cód. 715) e a Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul Ltda. – SCELISUL – (Cód.184) eram constituídas pelos mesmos sócios-proprietários, assim o “Campus Massao Sugano” passou a ter em sua área, três instituições mantidas, por duas mantenedoras. Mantenedora 1: Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul Ltda. – SCELISUL – (Cód.184): mantenedora das instituições Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR – (Cód.1554) e a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ribeira – FTVR – (Cód.3676); Mantenedora 2: Sociedade Acadêmica Amparense – SAA – (Cód. 715): mantenedora da Faculdade do Litoral Sul – FASUL – (cód. 2797).

Por meio da Portaria nº. 889, de 18 de outubro de 2007, as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR - e a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ribeira - FTVR, ambas mantidas pela Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul – SCELISUL – (Cód.184) passaram a ser mantidas pela Sociedade Acadêmica Amparense S/C Ltda. (Cód. 715).

Por meio da Portaria nº423, de 6 de junho de 2008, a Faculdade do Litoral Sul – FASUL – (Cód. 2797) se unificou com as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR (Cód.1554). A partir da Portaria nº423, a Faculdade do Litoral Sul – FASUL – (Cód. 2797), foi declarada extinta, ficando a responsabilidade dos cursos para as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira - FIVR (Cód.1554).

Por meio da Portaria nº839 de 14 de novembro de 2008 a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ribeira – FTVR (Cód. 3676) se unificou com as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR (Cód.1554). A partir da Portaria nº839, a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ribeira – FTVR (Cód. 3676), foi declarada extinta, ficando a responsabilidade de seus cursos para as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira - FIVR (Cód.1554).

Com a unificação concluída, as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR – (Cód.1554) disponibilizam os seguintes cursos em 2014: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo); Gestão em Recursos Humanos (Tecnólogo); Logística (Tecnólogo); Processos Gerenciais (Tecnólogo); Ciências Biológicas (Licenciatura); Educação Física (Licenciatura); História (Licenciatura); Letras (Licenciatura); Matemática (Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura); Administração (Bacharelado); Ciências Contábeis (Bacharelado); Ciências Biológicas (Bacharelado); Direito (Bacharelado); Educação Física (Bacharelado); Enfermagem (Bacharelado); Farmácia (Bacharelado); Fisioterapia (Bacharelado); Nutrição (Bacharelado); Marketing (Tecnólogo); Serviço Social (Bacharelado); Sistemas de Informação (Bacharelado); Estética e Cosmética (Tecnólogo); Psicologia (Bacharelado).

Em janeiro de 2008, a Sociedade Acadêmica Amparense S/C Ltda. (cód. 715) mudou sua razão social para União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda. – UNISEP (Cód. 715), registrando a sua Logomarca como UNISEPE. **Em 2010 também foi solicitada** a transferência de manutenção do Instituto de Educação Superior de Pouso Alegre – IES de Pouso Alegre (Cód.3823), mantida pela Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura Ltda (Cód.364), da Faculdade Peruíbe – FPBE (Cód.4185), mantida pela Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul Ltda.– SCELISUL (Cód.184) para a União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda. – UNISEP (Cód. 715).

As Faculdades Integradas do Vale do Ribeira norteiam o seu trabalho baseando-se em uma ação educacional diferenciada com vistas à formação de profissionais aptos para o mercado, e que ajam de maneira ética, crítica e criativa tendo, de forma muito clara, consciência de suas responsabilidades perante a sociedade e sua contribuição para a melhoria do meio no qual convivem.

Para atingir esse objetivo, a IES tem como princípio buscar integração com a sociedade local e regional. Por estar localizada em uma região pouco privilegiada geograficamente, as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira vêm aumentando a sua responsabilidade no papel que lhes cabe como pólo de desenvolvimento educacional, cultural, artístico e intelectual. Assim, as Faculdades têm realizado um trabalho amplo nas diversas áreas, indo muito além

do que seria seu eventual compromisso, dentro do conceito de uma Instituição de Ensino Superior. Esta filosofia de total comunhão com a comunidade permite um enriquecimento de experiências e, sobretudo, o crescimento da Instituição e da sociedade como um todo.

2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA

2.1. Concepção de Avaliação Institucional

O governo definiu em sua Política Nacional de Educação, Lei nº 9131, de 1995, parâmetros avaliativos com a finalidade de “zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem”. Promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, ficou definido claramente o papel da Avaliação Institucional para fins de processos de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior.

A partir de 14 de abril de 2004, o governo instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições, avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes. A avaliação das instituições é realizada por meio da auto-avaliação e da avaliação externa.

No intuito de realizar a auto-avaliação das instituições, o SINAES determina que cada IES constitua uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) para ser responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.”¹. Cada CPA é parte integrante do SINAES e cadastrada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e compõe-se de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Sua função é coordenar o processo interno de avaliação da IES e disponibilizar informações para que sejam estabelecidas estratégias de ação à melhoria das condições de ensino oferecidas pela instituição.

A partir do momento em que o governo mudou a política de avaliação da Educação Superior, as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, vem articulando as orientações e determinações governamentais aos aspectos anteriormente adotados pela Comissão de Avaliação Institucional e que já se encontravam consolidados, tais como a cultura da

¹ Brasil. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**, p. 3, Brasília, 2004.

avaliação e avaliações feitas pelos discentes, docentes e corpo técnico-administrativo que contribuíram para a tomada de decisões dos gestores.

Com a publicação da Lei do SINAES, a Comissão de Avaliação Institucional foi reorganizada e, atualmente, com a denominação de Comissão Própria de Avaliação (CPA) compõe-se de um coordenador, um representante técnico-administrativo, um representante discente, um representante da coordenação de cursos, um representante docente e representante da Sociedade civil organizada.

A CPA foi constituída em 2004, como Comissão para Avaliação Institucional, posteriormente modificada para Comissão Própria de Avaliação - CPA. Em 2008, durante o processo de unificação das mantidas, Faculdade do Litoral Sul – FASUL e da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ribeira – FTVR com as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR foram feitas reuniões entre as CPAs de cada instituição com o propósito de estabelecer regras de transição para a unificação também das mesmas, tendo em vista se respeitar as particularidades de cada faculdade. De 2009 a 2013, a CPA sofreu novas alterações, pelo desligamento de alguns componentes e pelas novas necessidades de cada segmento, além de reformulação de seus documentos oficiais como regulamentos, projetos de autoavaliação e dinâmica avaliativa. Em 2014 e 2015, durante o processo de reformulação do PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI (2004-2018) das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FVR, a CPA também sofreu alterações. Além do Projeto e Plano de autoavaliação, houve reformulação no regulamento e composição da CPA. Em fevereiro de 2017, a CPA foi constituída para um mandato de 2 (dois) anos.

2.2. OBJETIVOS

2.2.1 Geral

Orientado pelas diretrizes anteriormente citadas o processo avaliativo a ser desencadeado nas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, visa atender a lei que institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura avaliativa e o auto conhecimento sobre as Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, bem como, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão, gestão universitária e, ainda, a convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

2.2.2 Específicos

- Sensibilizar constantemente todos os segmentos das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira para a importância da avaliação institucional.
- Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.
- Implantar uma cultura de avaliação orientada por um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional.
- Desenvolver e implementar estruturas flexíveis e integradas de avaliação que possam subsidiar a tomada de decisão, apoiando-se em informações quantitativas, mas imprimindo ao processo ênfase de qualidade educativa.
- Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional em direção a realização de sua missão, suas metas e objetivos.
- Identificar dificuldades, realizações e avanços dos setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira.
- Colocar à disposição de toda a comunidade acadêmico-administrativa informações que permitam a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira.
- Responder as demandas das comissões externas de **avaliação**, no contexto do **SINAES**.

3. ETAPAS

O desafio de avaliar é obter a melhor informação possível para as pessoas que dela precisam, considerando-se as características e limitações de cada situação. Nesta perspectiva a auto-avaliação das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira utilizará abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, aplicando técnicas e instrumentos válidos e fidedignos, adequados à natureza da informação desejada.

A partir das diretrizes do SINAES, a auto-avaliação das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira irá se desenvolver em três etapas, cada uma compreendendo ações relevantes para um efetivo desenvolvimento da auto-avaliação.

Primeira etapa – PREPARAÇÃO

- Constituição de CPA.
- Sensibilização da comunidade a fim de envolvê-la na construção da proposta avaliativa.
- Elaboração do projeto de auto-avaliação.

Segunda etapa – DESENVOLVIMENTO

- Levantamento de dados e informações.
- Análise de informações. Relatórios parciais.

Terceira etapa – CONSOLIDAÇÃO

- Relatório final.
- Divulgação.
- Revisão Crítica.

3.1 Dimensões e Indicadores

A Lei no. 10.861/04, art. 3º., estabelece as dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional. Cabe às IES, atendendo às suas peculiaridades, adotar os seus processos de auto-avaliação. Nas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, optou-se pela sugestão da CONAES de dividir o roteiro de auto-avaliação em dez (10) dimensões: Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa e a pós-graduação; política para a extensão e responsabilidade social da instituição; política de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho; comunicação com a sociedade; organização e gestão da instituição; infra-estrutura física; planejamento e avaliação dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; política de atendimento a estudantes e egressos; e sustentabilidade financeira da IES.

Ao se avaliar cada dimensão, embora em momentos distintos, faz-se recorrência às demais, garantindo-se, assim, a indissociabilidade entre o ensino em seus diferentes níveis, a

pesquisa, a extensão e a gestão para possibilitar uma visão mais globalizada das atividades desenvolvidas na Instituição.

Os indicadores de desempenho estabelecidos pelas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira constituem-se em uma série de medidas qualitativas e quantitativas de entrada, de processo ou de resultados usados para descrever o funcionamento da instituição. São definidos em termos de índices que refletem eficiência, produtividade ou eficácia, assim separados:

- Eficiência – são indicadores que relacionam insumos e produtos. Refere-se a uma combinação ótima de recursos para produzir um determinado produto, o que quer dizer produzi-lo ao menor custo. Exemplo: o custo por aluno formado.
- Produtividade – são indicadores que relacionam insumos e produtos medidos em unidades físicas. Exemplos: trabalhos publicados por professor, relação professor-aluno e quantidade de alunos por sala.
- Eficácia – são indicadores que mostram até que ponto os objetivos da instituição foram atingidos. Exemplos: qualidade do curso de graduação, número de alunos formados, volume de trabalhos publicados, dentre outros.

É fundamental estabelecer claramente os indicadores que nortearão a avaliação, pois estes são imprescindíveis quando da elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

A definição dos indicadores da Avaliação Institucional das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira será revista a cada semestre, de acordo com a análise de sua realidade educacional e com a confiabilidade das informações coletadas.

A inter-relação entre os indicadores e as dimensões que concebe a Faculdade como um todo, vai perpassar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados que nortearão o processo avaliativo por meio de núcleos e indicadores considerados no processo. Tais elementos serão também orientadores dos procedimentos de coleta e interpretação dos dados da realidade institucional.

3.2 Metodologia e Formas de Participação da Comunidade Acadêmica e Técnica-Administrativa

O que se discute não é se a avaliação deve ser realizada, mas de que forma ela deve processar-se. Para que o processo tenha êxito é necessária à participação efetiva de todos os envolvidos. Assim, cada segmento da comunidade acadêmica será representado na comissão

de avaliação a ser constituída e cada indivíduo poderá influenciar diretamente no processo, já que além da opinião expressa nos formulários a serem preenchidos, os relatórios produzidos nas reuniões setoriais serão utilizados como instrumentos importantes para as conclusões finais.

Nas Faculdades, o processo avaliativo é programado em três diferentes momentos: Sensibilização e elaboração do projeto de auto-avaliação, Coleta de Dados (Tratamento e interpretação dos dados) e Comunicação (resultados e relatórios).

3.2.1 Sensibilização e elaboração do projeto de auto-avaliação.

A construção coletiva do Projeto de Auto-Avaliação Institucional integrou, e ainda integra, atividades desencadeadas e coordenadas pelos membros da CPA procurando estimular os fluxos de envolvimento dos atores institucionais. Assim sendo, a proposição do Projeto foi construída em diálogo com a comunidade, através da análise crítica e legitimação dos instrumentos de coleta de dados. Esse caminho percorreu momentos importantes: a elaboração das propostas preliminares dos instrumentos de coleta de dados, e a redação do Projeto de Auto-Avaliação Institucional, propriamente dito.

Para a elaboração dos **instrumentos de coleta de dados**, será realizada uma análise e revisão detalhada, seguida de discussão dos indicadores que nortearão a avaliação citados anteriormente, a fim de elaborar um instrumento que venha coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição. Na construção deste material serão consideradas as especificidades da instituição e as diretrizes e orientações constantes dos documentos oficiais.

A elaboração dos instrumentos de coleta de dados, levará em consideração as experiências existentes na Faculdade, reafirmando seu caráter formativo e processual que se pauta nos princípios da participação, transparência e continuidade.

Todo processo avaliativo deve levar em consideração questões básicas como conscientizar os participantes sobre a concepção e os objetivos da avaliação, seus critérios e a forma como serão utilizados seus resultados. Implica, também, torná-los conscientes de que são membros partícipes da Instituição, devendo assumir a responsabilidade com as diretrizes da Instituição.

A adesão da comunidade acadêmica ao processo de avaliação é extremamente importante para o sucesso da qualidade do ensino e da instituição como um todo. Entretanto, essa adesão só poderá acontecer se houver uma conscientização sobre o papel da avaliação

como processo que não pretende ameaçar ou punir, mas que visa a promover a reflexão sobre as diferentes ações desenvolvidas com vistas ao seu aperfeiçoamento.

O conhecimento da ética do processo e a segurança do propósito da avaliação levam todos à confiança e ao desejo de que ela faça parte de seu dia-a-dia.

Buscando a consolidação da etapa de sensibilização e a melhor participação da comunidade acadêmica no processo de construção do Projeto de Auto-avaliação, serão realizadas reuniões com a comunidade acadêmica, com o intuito de atingir alguns objetivos, como um evento oficial de divulgação da avaliação envolvendo um maior número de pessoas dos diferentes segmentos, como um momento de conscientização junto à comunidade acadêmica do papel da avaliação com caráter formativo e da importância na participação do processo de avaliação e o terceiro como um espaço de aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica.

A sensibilização será feita pela equipe da CPA e divulgada por meio dos coordenadores e professores para toda a comunidade escolar. A divulgação dos critérios da auto-avaliação foi socializada através do sítio da faculdade www.scelisul.com.br

3.2.2 Coleta de Dados

Essa etapa do processo de avaliação caracteriza-se pela aproximação do empírico amparada por instrumental especialmente construído, buscando desvelar os sentidos das práticas, com a “direção do olhar” previamente definida pelo grupo dos atores institucionais. Demanda, portanto, uma diversidade de ações relativas tanto à forma de coleta de dados, como ao processamento, às análises e interpretação das informações levantadas.

Nas Faculdades a coleta de dados será realizada por meio de instrumentos diversificados, tais como: questionários, formulários, entrevistas e relatórios de diversos bancos de dados da Instituição permanentemente revistos e reconstruídos para atender às necessidades de cada contexto.

Os questionários, aplicados para alunos, professores e funcionários, impressos ou via *Internet*, terão o mesmo tratamento, com o intuito de coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição.

As reuniões realizadas com a Diretoria, Comissão de Avaliação Institucional e Coordenadores de Curso, por serem coletivas, serão utilizadas para uma melhor compreensão do universo das igualdades e diferenças, para diagnosticar e atender as

especificidades de cada unidade de ensino. Ao longo do período letivo, os docentes serão ouvidos em reuniões, e os representantes discentes em reuniões com os coordenadores de curso. As sugestões ou reivindicações da comunidade acadêmica poderão, ainda, ser apresentadas por meio de endereço eletrônico ou diretamente com a Comissão de Avaliação.

3.2.3 Tratamento e Interpretação dos Dados

Algumas ações serão dimensionadas neste período como o estabelecimento de critérios que orientarão os julgamentos avaliativos, tomando como referência os objetivos expressos no PDI e o PPI e o processamento, análise e interpretação dos dados de avaliação, incluindo para tanto, a utilização de softwares disponíveis que atendam as características dos dados levantados.

Dois serão os tratamentos aplicados aos dados coletados nas Faculdades, o quantitativo e o qualitativo. O resgate dos dados quantitativos será feito por meio do sistema estatístico informatizado, construído para uso exclusivo da Comissão de Avaliação das Faculdades.

Os relatórios dos dados qualitativos serão confrontados com os dados estatísticos, buscando complementar e enriquecer o conhecimento das variáveis e aspectos focalizados. A análise e interpretação de todo o conjunto de informações coletadas e sistematizadas servirão não só para a elaboração do relatório descritivo da realidade da Faculdade mas, principalmente, para a identificação das causas, tanto do funcionamento adequado quanto dos problemas detectados.

Finalmente, será produzido o relatório bem como documentos voltados aos vários setores avaliados, que constituem elementos importantes para o replanejamento dos setores acadêmicos e administrativos.

3.2.4 Comunicação dos Resultados: Relatórios

Esta etapa supõe a sistematização da análise dos resultados contendo o balanço crítico dos aspectos avaliados, bem como a indicação de encaminhamentos e sugestões que se fizerem necessários para os diferentes níveis decisórios da universidade.

O relatório será feito para comunicação dos dados obtidos, visando à melhoria do programa institucional com a adoção de mudanças de atitudes das pessoas que fazem parte do processo, a fim de que se melhore o desempenho profissional, quando necessário.

4. Reflexos da Avaliação

4.1. Estratégias de Utilização dos Resultados da Avaliação

A avaliação realizada com a finalidade de alimentar a tomada de decisões tem uma vocação básica, transformadora, na medida em que se propõe como tarefa principal aprimorar o modo como a comunidade resolve seus problemas.

As transformações provenientes dos resultados da avaliação visam a um aperfeiçoamento do desempenho dos recursos humanos e a uma melhoria na programação dos cursos oferecidos pela instituição.

As reflexões da Comissão de Avaliação sobre o trabalho desenvolvido levará à conclusão de que, entre outros, três aspectos são essenciais para o sucesso da avaliação: a sensibilização de todos os recursos humanos da instituição para o cumprimento da avaliação; o *feedback*, que favorece a cada membro da instituição o conhecimento de seu desempenho, ajudando-o a criar mudanças e estimulando-o ao aperfeiçoamento profissional; e a tomada de decisões, resultante da troca contínua de informações entre avaliadores e administradores para correção das medidas adotadas com vista à melhoria da formação profissional.

A avaliação deve possibilitar à comunidade acadêmica analisar os processos contraditórios que permeiam a vida universitária e refletir sobre a possibilidade de se adotar uma atitude mais globalizada frente à problemática educacional. Nessa perspectiva, a comunidade acadêmica terá em mente que a avaliação, quando usada com finalidades e objetivos transparentes, pode servir à causa da educação e à mudança de posicionamentos no interior da instituição, manifestando-se em ações concretas e decisões explícitas.

Desta forma, a operacionalização da tomada de decisões feitas pelas Faculdades poderá gerar resultados em relação à Infra-estrutura, Equipamentos, Projetos Institucionais, Aspectos Pedagógicos e outros.

A utilização da avaliação será feita partindo-se da discussão dos resultados obtidos dentro de cada unidade com o objetivo de se elaborar um documento com propostas de medidas a serem implementadas visando a corrigir ou melhorar o desempenho da respectiva unidade. Esses documentos serão discutidos em nível setorial gerando novas propostas que subsidiarão um relatório final a ser encaminhado à Diretoria e à Mantenedora para análises e tomadas de decisões.

5. Referências

- ABRAMOWICZ, Mere. **Avaliação, Tomada de Decisões e Políticas: subsídios para um repensar.** Estudos em Avaliação Educacional. Jul./dez. p. 16-23, São Paulo, F.C.C., 1994.
- AMARAL, Alberto. **Modelos de Avaliação das Universidades.** In: Fundação das Universidades Portuguesas. Avaliação do desempenho das Universidades. Coimbra, Documenta, n. 1. p. 9-18, 1996.
- AMORIM, Antonio. **Avaliação Institucional da Universidade.** São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, Newton César e SOBRINHO, José Dias (org.) **Avaliação Institucional: teoria e experiências.** São Paulo: Cortez, 1995.
- BELLONI, Isaura. **Avaliação da Universidade: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente.** Anais da IV Conferência Brasileira de Educação, 1986.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.** Brasília, SESu, 1994.
- CEUB. **Proposta Pedagógica – CEUB.** Brasília: CEUB, 1998.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. **Graduação: rumos e perspectivas.** Avaliação – revista da rede de avaliação institucional da educação superior. V.3. N.3, set.1998.
- Ensino de graduação: a lógica da organização do currículo.** Educação Brasileira – Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. V. 16. N. 33, jul./dez. 1994.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- DURAM, Eunice R. e SCHUARTZMAN, S. (org.) **Avaliação do Ensino Superior.** São Paulo, EDUSP, 1992.
- FIRME, Thereza Penna. **Avaliação: Tendências e Tendenciosidades.** In: SOUSA, Eda C. B. Machado (orgs). Avaliação de Currículos e Programas. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, pg. 105-113, 1998.
- FRANCO. Maria Laura P. Barbosa. **Qualidade de Ensino: critérios e avaliação de seus indicadores.** In: SOUSA, Eda C.B. Machado de (org.) Avaliação de currículos e de programas – leituras complementares. Brasília: UnB. Cátedra |Unesco de Avaliação a Distância, 1997 (v.3.).
-

- GARDNER, Don E. **Cinco estruturas de avaliação: implicações para decisões em educação superior**. Trad. Adriana Farah. In: SOUSA, Eda C.B. Machado (org.). Avaliação Institucional. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, 1998.
- JACOBSEN, Alessandra de Linhares (1996). **Avaliação Institucional em Universidades**, Florianópolis, Papa-Livro.
- RAPHAEL, Helia Sonia. **Avaliação: questão técnica ou prática?** In: SOUSA, Eda C.B. Machado (org.). Avaliação de Currículos e Programas. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, 1998.
- SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Funções e Metodologias de Avaliação do Ensino Superior**. In: SOUSA, Eda C.B. Machado (org.). Avaliação Institucional. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, 1998.
- Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: EDUSP. Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.
- SOUSA, Sandra Zákia Lian. **Revisando a teoria da aprendizagem**. In: SOUSA, Clarilza Prado (org.) Avaliação do rendimento escolar. 6ª ed., Campinas, São Paulo: Papyrus, 1977.
- STUFFLEBEAM, D. **Alternativas em Avaliação Educacional**. In: SCRIVEN, M e STUFFLEBEAM, D. Avaliação Educacional – Perspectivas, Procedimentos e Alternativas. Petrópolis, R.J., Vozes, 1978.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **A avaliação institucional nas universidades brasileiras: diagnóstico e perspectivas**. In: Estudos e debates: uma política de ensino superior. Brasília, Crub, n. 20, 1999.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 1998.

Anderson Martins da Silva
Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR